

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A PARÓQUIA DE N^a SENHORA DA OLIVEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: OCUPAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO.

FERREIRA, Antero

Ano: 2014-2015 | Número: 124-125

Como citar este documento:

FERREIRA, Antero, A paróquia de N^a Senhora da Oliveira no início do século XIX: ocupação social do espaço. *Revista de Guimarães*, 124-125 Jan.-Dez. 2014-2015, p. 147-167.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A PARÓQUIA DE N^a SENHORA DA OLIVEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: OCUPAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Antero Ferreira¹

*Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmento,
em 9 de Março de 2015,
na Sessão Solene Comemorativa do nascimento de
Francisco Martins Sarmento.*

Há alguns anos, durante a preparação de um artigo, debrucei-me com mais atenção sobre um trabalho de Alberto Vieira Braga, publicado em 1959, na Revista de Guimarães, editada por esta Sociedade Martins Sarmento. Tratava-se do volume XVIII da série “Curiosidades de Guimarães”, intitulado: “Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais”. Para além das valiosíssimas informações que recolhi sobre a antiga cidade de Guimarães, o que me despertou mais interesse foi a publicação integral de uma série de manuscritos que o autor tinha encontrado na Biblioteca desta prestigiada Instituição. Consciente da estranheza que este tipo de publicação poderia gerar nos leitores habituais da revista, Alberto Vieira Braga justifica-se lançando um desafio, que pela sua pertinência, passo a citar:

“Que nos vão revelar os três cadernos de papel amarelecido, (...) que um dia topamos na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, numa funda prateleira das estantes destinadas aos escritores vimaranenses? (...) Valerá a pena entregar-se alguém à pachorra de solfejar uma catrozada de nomes?

Podem ter o seu interesse, não só os nomes como a inspiração popular e pitoresca das alcunhas. Depois, ficamos a saber os nomes dos proprietários das fazendas e dos prédios da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira. E também os nomes dos artistas da pequena indústria local, os seus ofícios e a posição das suas moradias. E ainda o nome de alguns contratadores de mercadorias e de alguns mestres de ofícios.” (Braga, 1959: 264-266)

¹ Sociedade Martins Sarmento. Investigador do Grupo de História das Populações do CITCEM-UPorto.

Ora, é este desafio que hoje vamos empreender, respondendo, modestamente, ao repto de Alberto Vieira Braga, procurando apresentar o modo como os nossos antepassados ocuparam o espaço da paróquia central da antiga vila de Guimarães, a paróquia de Nossa Senhora da Oliveira.

1. Fontes e metodologias

A primeira questão que nos ocorre quando pretendemos estudar a população de uma comunidade é, naturalmente, conhecer o número dos seus habitantes. Esta pergunta tão simples é, para o passado, a de mais difícil resposta. De facto, só a partir de 1864, data em que se realizou o primeiro recenseamento em Portugal, dispomos de informações sistemáticas de carácter científico para o estudo da população.

Para períodos anteriores, pré-censitários, só indiretamente podemos estudar os movimentos da população. De facto, ao longo da história, por motivos militares, fiscais ou religiosos, realizaram-se várias contagens da população. Contudo, a unidade de análise nunca foi o indivíduo, mas sim o fogo, por vezes com outras denominações: como vizinhos ou moradores (Rau, 1965). Assim, para calcularmos o número de habitantes, somos forçados a estimar o número médio de residentes por fogo, tendo sempre em consideração que o próprio conceito de fogo varia de acordo com a época e com a finalidade que orientou a produção das contagens.

Se nos situarmos em Guimarães e usando a bibliografia conhecida, verificamos que as Inquirições de 1258 atribuem à vila cerca de 500 fogos que corresponderiam, segundo os cálculos efetuados por João de Meira, a cerca de 2.250 habitantes (Meira, 1907:94). Em 1531, no *Título da villa Guimaraes e asy do termo della e moradores*, afirma-se que vivem nesta vila, dentro e nos arrabaldes, com os clérigos e frades, 1.405 moradores, a que corresponderão, segundo Alberto Vieira Braga, cerca de 5.000 habitantes (Braga, 1992:13-17). O mesmo autor cita um documento solto, mas seguro, de 1650, que apresenta para a vila 2.000 fogos (Braga, 1992:13). Em 1706, o Padre António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, refere que esta vila tem “dentro dos seus muros seiscentos

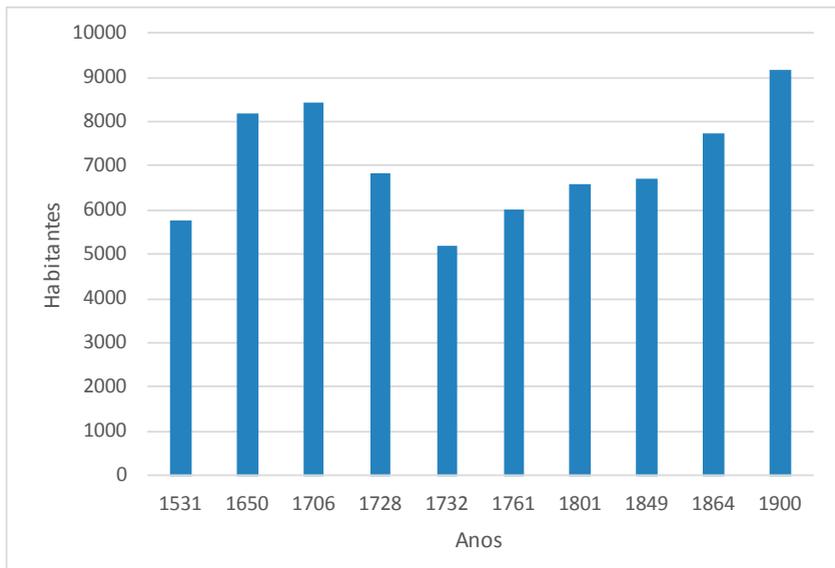
e oitenta e três vizinhos, e em seus arrabaldes mil e duzentos e oitenta, que fazem soma de mil e novecentos e sessenta e três” (Costa, 1706:58).

Em 1728, Craesbeeck, nas *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, concluiu que na Oliveira existiriam 765 fogos e 2.506 pessoas de sacramento, em S. Paio 390 fogos e 1.253 pessoas de sacramento e em S. Sebastião 432 fogos e 1.350 pessoas de sacramento. A vila teria assim 1.587 fogos e 5.105 pessoas de sacramento.

A partir do século XIX, passamos a dispor de fontes com outra qualidade, embora com limitações no que respeita à contagem dos menores de sete anos. Logo em 1801, dispomos de um recenseamento onde são apontados 2.126 fogos e 6.577 habitantes para a cidade de Guimarães (Silveira, 2001:207). Em 1849, nova contagem refere 6.715 habitantes (Silveira, 2001:758). Finalmente, em 1864, data do primeiro recenseamento geral da população portuguesa, Guimarães regista 7.753 habitantes, atingindo em 1900, uma população de 9.166 indivíduos.

No Gráfico I, apresentamos uma síntese da evolução da população de Guimarães elaborada a partir destas referências.

Gráfico I
Guimarães - Evolução da população



Em resumo, ao fraco e irregular crescimento verificado entre o século XVII e meados do século XIX, segue-se uma retoma contínua do crescimento da população a partir de meados do século XIX.

Para além do número de habitantes, o estudioso da população do passado pretende também analisar outras variáveis, como o número de nascimentos, casamentos e óbitos; a idade ao casamento; a idade da mulher ao nascimento dos sucessivos filhos; a idade ao óbito; a repartição da população por sexos e idades; o cálculo da fecundidade ou da esperança de vida. Como conseguir estas informações quando não se dispõe de recenseamentos?

Em 1956, com a publicação de um manual de exploração de registos paroquiais, o demógrafo Louis Henri e o arquivista Michel Fleury, apresentam uma proposta metodológica para responder a esta questão, dando origem a uma nova ciência, a demografia histórica, que muito contribuiu para iluminar aspetos desconhecidos da vida dos nossos antepassados.

Para Portugal, a Professora Norberta Amorim desenvolveu um método próprio, a “metodologia de reconstituição de paróquias” que, organizando a informação recolhida nos registos paroquiais de batismo, casamento e óbito, permite acompanhar o percurso de vida dos indivíduos, reconstruindo as suas relações genealógicas (Amorim, 1987, 2012; Faria e Henriques, 2004).

As bases de dados assim constituídas permitem-nos identificar todos os indivíduos que nasceram, casaram, tiveram filhos ou morreram na paróquia. Escapam-nos, contudo, aqueles residentes que não intervieram em nenhum destes atos vitais.

Esta dificuldade pode ser ultrapassada quando dispomos de outra fonte paroquial, o rol de confessados ou rol da desobriga, em que o pároco regista sistematicamente, casa por casa, a lista de todos os indivíduos de sacramento, maiores de sete anos, para verificar o cumprimento das obrigações associadas à Páscoa, isto é, se se confessaram, comungaram e pagaram a sua contribuição para a paróquia. Neste rol, organizado por ruas e lugares, os membros de cada fogo são listados de um modo hierárquico, com indicação do nome, sexo e relação de parentesco ou de dependência com o cabeça de fogo. A exploração desta fonte

permite-nos aprofundar, entre outras, questões como a residência das famílias, a composição dos agregados familiares ou o fenómeno da mobilidade.

Completamos a informação com o recurso a outras duas fontes: o Rol da Décima das Propriedades e o Rol dos Maneios, ambos referentes ao ano de 1799. A décima foi um imposto criado em 1641, no contexto da Guerra da Independência, que consistia numa contribuição geral sobre a propriedade, com uma taxa de 10%, incidindo sobre todas as rendas de bens de raiz, juros, ordenados, tenças, rendas e honras de ofício e de trato ou maneio mercantil (Serrão, 1975). A partir de 1789, no reinado de D. Maria I, foram isentos do pagamento de décima de maneio os jornaleiros, criados e oficiais de ofícios mecânicos.

O rol da décima das propriedades está organizado por ruas e lugares, listando todas as casas e propriedades individualizadas por um número. Na maior parte dos casos, para além do nome do proprietário, refere ainda o nome do indivíduo que ocupa a propriedade, a sua profissão e o valor da décima a cobrar. O rol dos maneios está organizado do mesmo modo, cada linha é identificada por um número (correspondente ao que encontramos na décima das propriedades) e refere-nos o nome do indivíduo, a sua atividade profissional e o valor a cobrar. Este apresenta uma grande regularidade, o que aponta para a existência de cotas profissionais fixas, aspeto já assinalado por Jorge Borges de Macedo num estudo sobre Lisboa (Macedo, 1982).

Para esta conferência organizamos uma base de dados com todos os indivíduos registados no rol de confessados de 1799 (completando a informação com a consulta dos róis de 1798, 1800 e 1801) e procedemos ao seu cruzamento sistemático com a Base de Dados Genealógica de Guimarães (BDG), elaborada por Maria Norberta Amorim, que reúne a informação dos registos de dez paróquias da cidade, desde finais do século XVI até 1911. Dos 1.524 indivíduos presentes no rol conseguimos identificar 850 na base de dados. Tal como já tínhamos feito com o rol de confessados, procedemos ao cruzamento sistemático das informações constantes nestes dois róis com a informação da base de dados genealógica e dos róis de confessados.

Esta possibilidade de cruzamento da base de dados genealógica com outras fontes, a que habitualmente chamamos cruzamento nominativo, é uma das maiores virtualidades proporcionadas pela metodologia de reconstituição de paróquias. Sempre que um indivíduo pagou um imposto, fez um testamento ou uma doação, foi julgado em processo civil ou religioso, ocupou qualquer cargo na administração da sua comunidade, solicitou um passaporte, participou em alguma eleição ou prestou serviço militar, o seu nome foi registado. E quando encontramos esse nome, essa referência, podemos completar a sua ficha individual com informações que não existiam no registo paroquial, por exemplo, a sua profissão, os seus rendimentos, o seu comportamento moral e cívico ou até, simplesmente, que estava vivo em determinada data.

2. População residente em 1799

Apresentadas as fontes e metodologias, vamos ao assunto desta conferência: o espaço social da freguesia da Oliveira no início do século XIX. Os róis de confessados organizam o espaço da paróquia numa linha que parte da Rua da Arcela, segue pelas Oliveiras e Rua de Santa Cruz, entrando no espaço muralhado pela porta de Sta. Cruz. Através da Rua do Sabugal, da Infesta e de Sta. Maria, desce até à Praça da Oliveira, prossegue pela Rua Nova do Muro, chegando à Rua dos Mercadores através da Tulha, terminando na Praça de S. Tiago. As ruas são sempre listadas em duas partes, enquanto as zonas rurais e os espaços limitados só são identificados pelo seu nome.

Mesmo tendo presente que não estão referidos os menores de sete anos, poderemos utilizar esta fonte para nos aproximarmos aos quantitativos populacionais desta parte da paróquia e, particularmente, à repartição dos fogos e habitantes pelos vários espaços.

São referidos no rol 1.524 indivíduos, 868 mulheres e 656 homens. Destacamos este desequilíbrio entre os sexos que, em 1799, se situa em 76 homens para 100 mulheres. É uma situação estrutural nesta comunidade, sintetizada no Gráfico II e já referida noutros estudos (Amorim, 1983; Amorim e Ferreira, 2008). A elevada emigração masculina com destino às grandes cidades do Porto e de Lisboa e, muitas vezes, ao Brasil, contribui de sobremaneira para a explicação deste fenómeno. Esta saída

dos homens tem, necessariamente, reflexos ao nível da composição do agregado familiar, com evidência na percentagem significativa de fogos chefiados por mulheres e na elevada ilegitimidade verificada nesta região do norte de Portugal (Ferreira, 2007; Neves, 2001).

Quadro I
Distribuição dos fogos e indivíduos por lugar

Área	Ruas e lugares	Fogos		Indivíduos		Indivíduos Por Fogo
		Nº	%	Nº	%	
Extramuros	Arcela e Cano	54	14,9%	167	11,0%	3,1
	Oliveiras	42	11,6%	128	8,4%	3,0
	Cruz	23	6,4%	78	5,1%	3,4
	Canto	1	0,3%	6	0,4%	6,0
	Sardoal	1	0,3%	5	0,3%	5,0
	Quinta	1	0,3%	3	0,2%	3,0
	Roma	2	0,6%	5	0,3%	2,5
	Calçada	2	0,6%	3	0,2%	1,5
Intramuros	Sabugal	6	1,7%	26	1,7%	4,3
	Rua da Infesta	16	4,4%	61	4,0%	3,8
	Rua de Sta. Maria	38	10,5%	262	17,2%	6,9
	Praça de N.S.	23	6,4%	91	6,0%	4,0
	Rua do Postigo	10	2,8%	32	2,1%	3,2
	Rua Nova do Muro	49	13,5%	217	14,2%	4,4
	Eira do Forno	14	3,9%	47	3,1%	3,4
	Tulha	8	2,2%	33	2,2%	4,1
	Rua Donães	16	4,4%	79	5,2%	4,9
	Rua dos Mercadores	17	4,7%	114	7,5%	6,7
	Rua Escura	7	1,9%	27	1,8%	3,9
	Praça de S. Tiago	25	6,9%	123	8,1%	4,9
	Boticas	4	1,1%	12	0,8%	3,0
Rua dos Azoutes	3	0,8%	5	0,3%	1,7	
		362		1524		

A análise do Quadro I permite-nos verificar que a população não se encontra igualmente distribuída pelo espaço em estudo. Existe uma elevada concentração populacional na zona extramuros: três ruas (Arcela, Oliveiras e Santa Cruz) representam cerca de 33% dos fogos do rol de 1799, assumindo-se como uma espécie de subúrbio situado entre as muralhas

e a zona rural envolvente. No interior das muralhas distinguem-se pelo número de fogos a Rua de Sta. Maria e a Rua Nova do Muro.

Contudo, se centrarmos a nossa atenção no número de habitantes percebemos que a sua distribuição não corresponde exatamente à que encontramos nos fogos. A Rua dos Mercadores ou a Praça de S. Tiago, por exemplo, embora tenham cerca de metade dos fogos das ruas extramuros, têm quase o mesmo número de habitantes.

Quadro II
Número de criados por lugar

Área	Ruas e lugares	Criados					
		F	M	Total	Criados por lugar	Habitantes	Criados por Habitante
Extramuros	Arcela e Cano	5	1	6	2,6%	167	4%
	Oliveiras	2		2	0,9%	128	2%
	Cruz	7	2	9	4,0%	78	12%
	Canto	2	2	4	1,8%	6	67%
	Sardoal					5	
	Quinta					3	
	Roma					5	
	Calçada					3	
Intramuros	Sabugal	1		1	0,4%	26	4%
	Rua da Infesta	5	6	11	4,8%	61	18%
	Rua de Sta. Maria	51	27	78	34,4%	262	30%
	Praça de N.S.	11	3	14	6,2%	91	15%
	Rua do Postigo	2	1	3	1,3%	32	9%
	Rua Nova do Muro	21	4	25	11,0%	217	12%
	Eira do Forno	3	1	4	1,8%	47	9%
	Tulha	8	2	10	4,4%	33	30%
	Rua Donães	1	5	6	2,6%	79	8%
	Rua dos Mercadores	21	11	32	14,1%	114	28%
	Rua Escura	4	1	5	2,2%	27	19%
	Praça de S. Tiago	14	2	16	7,0%	123	13%
	Boticas	1		1	0,4%	12	8%
Rua dos Azoutes					5		
		159	68	227			

Só analisando com mais detalhe a composição dos fogos poderemos explicar esta significativa diversidade. Conhecendo a importância que o serviço doméstico tinha nas sociedades do passado, comecemos por analisar o número de criados existentes na paróquia e a sua distribuição espacial (Quadro II).

Em 1799, os criados representavam cerca de 15% da população, com um claro predomínio do género feminino, o que contribuiu também para a diminuição da relação de masculinidade. A sua distribuição não é homogénea no espaço da paróquia: existem em pequeno número na zona extramuros, cerca de 9,3% do total, verificando-se uma elevada concentração na Rua de Santa Maria (34,4%), na Rua dos Mercadores (14%) e na Rua Nova do Muro (11%). Ainda mais impressionante é, em algumas ruas, a relação entre o número de criados e o número de indivíduos residentes: na Rua de Santa Maria, na Tulha e na Rua dos Mercadores rondam os 30%.

Identificamos, assim, algumas características da paróquia da Oliveira neste período: uma zona extramuros com um elevado número de fogos, cuja composição se caracteriza por uma média de indivíduos por fogo relativamente baixa e por uma presença reduzida de criados; uma zona intramuros onde encontramos alguns espaços que se distinguem pela elevada concentração de fogos (Rua de Sta. Maria e Rua Nova) e outros pelo elevado número de indivíduos por fogo (Rua de Sta. Maria, Rua Nova, Rua dos Mercadores e Praça de S. Tiago). A presença de um elevado número de criados poderá contribuir para explicar a dimensão dos fogos na Rua de Sta. Maria, na Rua dos Mercadores ou na Tulha, mas não explica completamente os casos da Rua Nova do Muro e da Praça de S. Tiago.

Para compreender esta distinção, e continuando a analisar a composição dos fogos, talvez seja útil recordar o modo como, num trabalho já clássico, Peter Laslett descrevia a família de um padeiro na Inglaterra: “O homem à cabeça do grupo – empresário, patrão ou gerente – era então conhecido como o chefe ou cabeça da família. Era pai de alguns dos seus membros e fazia de pai quanto aos restantes. Não havia nenhuma distinção nítida entre as suas funções domésticas e económicas. (...) Os assalariados de ambos os sexos tinham uma

posição familiar e específica no seio da família, fazendo parte dela tanto quanto os filhos mas não exactamente na mesma posição.” (Laslett, 1975). A situação seria muito diferente em Guimarães?

No rol de 1799, encontramos unicamente 23 referências a relações de carácter profissional, valores que não são, obviamente, significativos para determinar a estrutura dos fogos. Contudo, analisando a sua distribuição (Quadro III) verificamos que a maior parte das referências a aprendizes e oficiais se situa na Tulha e na Rua Nova do Muro, indiciando espaços com forte implantação oficinal. Encontramos ainda dois caixeiros na Rua dos Mercadores e um outro na Tulha.

Quadro III
Número de oficiais, aprendizes e caixeiros

Área	Ruas e lugares	Oficiais	Aprendizes	Caixeiros	Total
Extramuros		1			1
Intramuros	Rua Nova do Muro	3	5		8
	Eira do Forno	2	1		3
	Tulha	1	4	1	6
	Rua dos Mercadores	1		2	3
	Rua Escura		1		1
	Praça de S. Tiago	1			1
		9	11	3	23

Considerando também o peso que o abandono de crianças tinha nesta época, procuramos determinar a inserção de crianças expostas nos agregados e a sua distribuição espacial. Encontramos um reduzido número de expostos (13), distribuídos maioritariamente pelas zonas da Arcela, Cruz, Infesta e Sabugal. Salientamos os casos do fogo n^o 1 da Rua da Arcela, em que vive Catarina Lopes, viúva, com três filhas solteiras, acompanhada de três enjeitados (duas meninas e um menino, que no rol é indicado como menor) ou do fogo n^o 142, da Rua da Infesta, onde vive um casal, António Francisco e Sebastiana Maria, que acolhem dois meninos expostos.

Não esquecendo que a sub-representação de crianças menores de sete anos poderia esconder a verdadeira dimensão da presença de expostos na comunidade, procuramos confirmar esta tendência no rol de 1821, em que já existe registo sistemático de menores. Encontramos um número superior, 39 crianças expostas com menos de 10 anos, das quais 25 na zona extramuros e 14 na zona intramuros (Praça de S. Tiago, Rua Nova do Muro e Viela do Postigo). Mais uma vez, mais do que a influência do número de expostos na dimensão do fogo, o que se destaca é a sua concentração em determinadas áreas da freguesia.

Encontramos ainda referência a cinco escravos, três na Rua de Sta. Maria, um na Rua Nova do Muro e outro na Rua dos Mercadores. Dois dos escravos da Rua de Sta. Maria pertenciam a D. Maria Joana Cardoso, falecida em 12 de março de 1799. No seu testamento constam estas disposições:

“É a minha última vontade que a minha escrava Ana fique forra depois da minha morte, e será obrigado o meu universal herdeiro a dar à mesma escrava pelo dia de Todos os Santos enquanto viva for trinta alqueires de milhão, dez alqueires de centeio, uma pipa de vinho verde, e casa fora ou dento da vila, onde ela escolher e onde comodamente possa morar segundo a sua condição e qualidade; (...) quero também que à dita escrava se dê uma barra com seu enxergão, fronha e coberta, duas caixas, quatro cadeiras, um [tonel?], a metade da roupa branca e dos meus vestidos que restarem satisfeitas as esmolos e deixa que vão declaradas. É porém minha última vontade que a dita minha escrava Ana não admita na sua companhia parente ou pessoa alguma que possa comer-lhe os frutos que lhe deixo para sua necessária sustentação; em caso que admita quero que o meu universal herdeiro seja desobrigado de lhe pagar a dita anual pensão em quanto ela admitir a dita companhia que a possa prejudicar e enquanto que não constar com certeza que ela só admite a sua companhia alguma mulher honrada para lhe fazer sociedade e não prejuízo na sua sustentação ou para a servir nesta ou naquela ocasião indispensável. Será obrigado o meu universal herdeiro a dar todos os anos enquanto viva for e pelo dia de Todos os Santos a outra escrava Teresa vinte alqueires de milhão e meia pipa de vinho. (...) Quero também que a esta escrava se dê uma barra com seu enxergão, fronha, coberta, duas caixas, quatro cadeiras, um tonel? e a metade da roupa branca e dos meus vestidos que restarem satisfeitas as esmolos e mais deixas que vão declaradas.” [AMAP P-397:272-276v]

Não ficando claro se D. Maria Joana Cardoso concedeu alforria à segunda escrava, é evidente que procurou garantir-lhes condições de sobrevivência após a sua morte. Por outro lado, se avaliássemos os laços pessoais pelo valor das disposições testamentárias, então D. Maria Joana atribuía mais valor às suas duas escravas do que aos seus criados, sobre os quais deixava estas disposições:

“Será obrigado o meu universal herdeiro a dar por uma vez aos criados e criadas que me servirem ao tempo da minha morte seis mil e quatrocentos (réis) e dois lençóis, além das soldadas vencidas.” [AMAP P-397:272-276v]

O caso da escrava Ana é particularmente interessante porque, indiretamente, vem comprovar uma situação que tínhamos já assinalado nesta comunidade (Ferreira, 2007): D. Maria Joana dispõe que a escrava mantém a pensão, mesmo que partilhe a morada, desde que seja com mulher honrada para lhe fazer *sociedade*. Esta *sociedade* era muito comum, particularmente nas Ruas da Arcela e Cano, Oliveiras, Santa Cruz e Praça de S. Tiago, onde encontramos fogos em que residem várias mulheres sem parentesco evidente, formando uma “estrutura solidária” que lhes permite garantir a sobrevivência na comunidade.

3. Segregação espacial

A segregação espacial, isto é, o modo como as pessoas de diferentes estatutos sociais e económicos se repartem no espaço, particularmente no espaço urbano, é um fenómeno conhecido. Temos presente que as pessoas mais abastadas e com estatuto social mais elevado tendem a ocupar os lugares mais próximos dos centros económicos, políticos e religiosos. Percebemos também que estes espaços não são imutáveis o que provoca, ao longo dos tempos, uma recomposição do espaço social das comunidades.

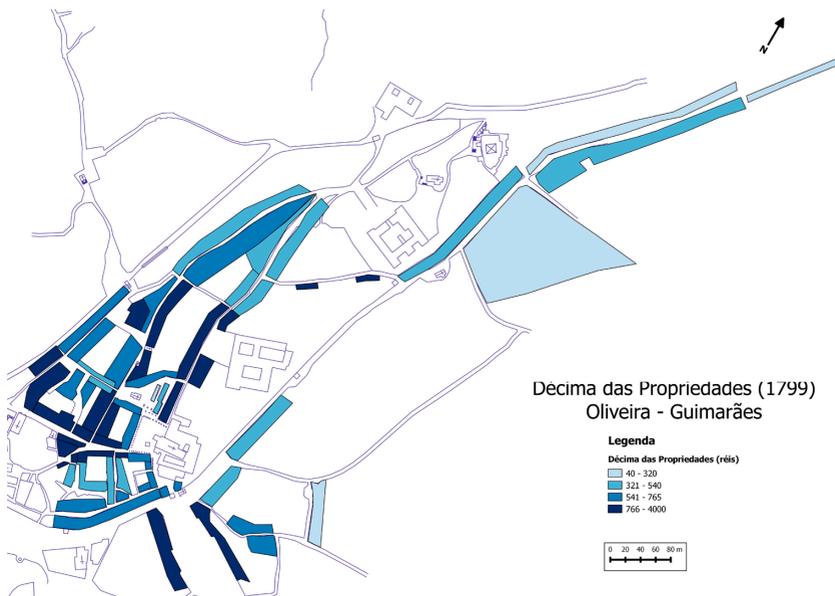
Viver no espaço nobre da cidade tem vantagens, mas tem também um custo – o valor da renda ou dos impostos que se paga. Este custo, como afirmam Lesger e Leeuwen, representa também um valor social: “(...) o preço que estou disposto e preparado para pagar por uma localização específica” (Lesger e Leeuwen, Van, 2012: 355).

Mas estar representado nestes espaços não é somente uma questão de status. Para um comerciante ou para um artesão ter o seu estabelecimento no espaço mais nobre de uma localidade seria, sem dúvida, uma importante mais-valia.

Apesar da sua importância, este fenómeno tem sido pouco estudado nas sociedades do passado, quer pela dificuldade de aceder a fontes com informação adequada, quer pela morosidade e complexidade deste tipo de estudos.

No nosso caso, a publicação de Alberto Vieira Braga colocou à nossa disposição uma fonte que nos permite avaliar o valor atribuído aos diferentes espaços da freguesia e relacioná-lo com as ocupações profissionais que se desenvolvem nesses espaços. Por outro lado, o cruzamento desta informação com a BDG de Guimarães e os róis de confessados dá-nos uma maior profundidade de análise: para além do nome do proprietário ou da pessoa que ocupa uma casa, conseguimos identificar as pessoas que com ele residem, bem como a sua ascendência e descendência.

Mapa II Rol da Décima de 1799



A lista da décima das propriedades abrange toda a paróquia, representando espaços que, infelizmente, o rol de confessados não cobria. Os valores cobrados variam entre os 40 e os 4.000 réis, situando-se a média em 624 réis. Para facilitar a representação destes valores, criamos quatro categorias²: de 40 a 320 réis, de 321 a 540 réis, de 541 a 779 réis e de 780 a 4.000 réis.

As ruas e lugares da categoria 1, correspondendo aos valores entre 40 a 320 réis, situam-se maioritariamente na zona extramuros, englobando a Rua da Arcela e Cano, a Rua das Oliveiras e uma série de lugares onde predominam casas agrícolas (Beringel, Canto e Hortas do Prior). Neste grupo, surge também a pequena rua das Boticas, que se integra no conjunto da Praça de S. Tiago. Destacamos a disparidade existente entre o número de fogos e o valor da décima na Rua da Arcela e das Oliveiras: 18% do total dos fogos apenas representam 9% do valor da décima.

A categoria 2 agrupa uma série de ruas da zona intramuros (Eirado do Forno, Rua da Infesta, Rua de Donães, Rua do Espírito Santo e Rua dos Açoutados) e duas da zona exterior (Rua dos Trigais e Rua de Sta. Cruz). Existe aqui maior equilíbrio do que na categoria 1: a 13% dos fogos corresponde 10% do valor da décima.

Na categoria 3, para além de uma zona exterior à muralha (Portelo das Hortas), encontramos ainda a Praça de N. Senhora, a Praça de S. Tiago, a Rua de Val-de-Donas, a Rua do Gado, a Rua do Postigo, a Rua Nova e o Terreiro da Cadeia. Também aqui encontramos uma situação de equilíbrio: a 43% das casas corresponde 44% do valor da décima.

Finalmente, na categoria 4, vamos encontrar as ruas com as casas mais valiosas, correspondendo quase todas à zona central da paróquia: Rua das Flores, Rua de Sta. Maria, Rua dos Fornos, Rua dos Mercadores, Rua Escura, Rua Sapateira, Terreiro de S. Bento, Tulha e Sabugal. Esta categoria surge exatamente como o inverso da categoria 1: a 23% dos fogos corresponde 36% do valor da décima.

² Seguindo outros exemplos, dividimos os valores da décima das propriedades em quartis, correspondendo o valor de cada quartil ao limite superior da classe correspondente. Todas as ruas foram ordenadas com esta escala a partir do valor da média (Lesger e Leeuwen, Van, 2012).

Como esperado, encontramos uma elevada correspondência entre o valor da décima e o número médio de indivíduos por fogo, situação certamente relacionada com a dimensão das habitações e com a capacidade económica das famílias, aferida, nomeadamente, pelo número de servidores domésticos. Esta correspondência é mais evidente na categoria 1 e na categoria 4 e menos nítida nas categorias 2 e 3.

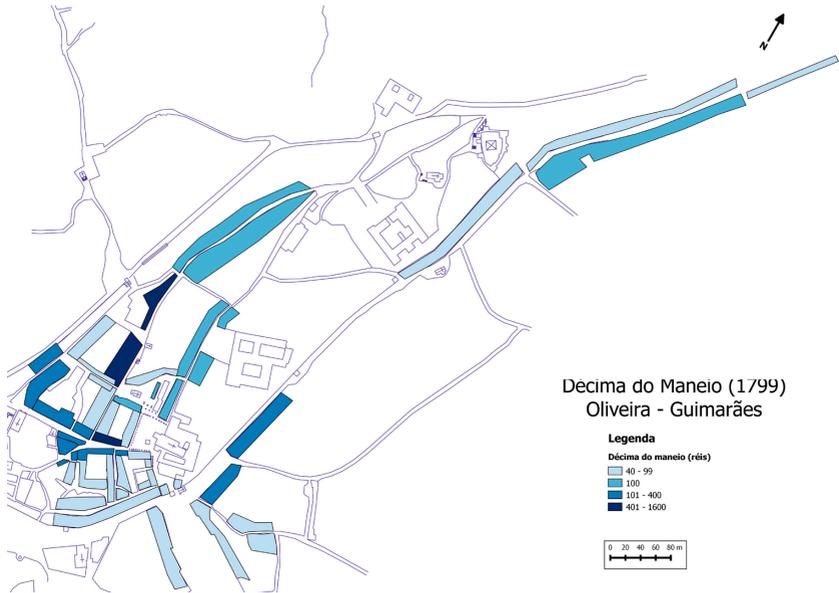
Num estudo sobre a organização espacial das cidades holandesas de Delft e Alkmaar, é-nos apresentado um modelo de “meso-segregação”, isto é, os residentes com maior status socioeconómico ocupam os eixos formados pelas ruas principais, tendo como vizinhos pessoas de status inferior que ocupam as traseiras desses eixos ou as ruas transversais. As áreas ricas têm os seus *hinterlands*, espaços onde vivem e trabalham os lojistas e artífices, atraídos pelas possibilidades de negócio proporcionadas pelos lugares centrais. (Lesger e Leeuwen, Van, 2012)

A análise do Mapa II permite-nos observar uma tendência semelhante na paróquia da Oliveira, particularmente através de uma área rectangular, bem definida, formada pelo conjunto da Rua Sapateira, Rua Escura, Rua dos Fornos, Terreiro de S. Bento e Rua das Flores, complementado pela Rua de Val-de-Donas. A este conjunto associa-se o eixo Rua dos Mercadores, Tulha e Rua de Sta. Maria. Por outro lado, as ruas interiores que ligam esses espaços, apesar da proximidade com as zonas mais valorizadas, têm sempre um valor significativamente mais baixo: veja-se o caso da Rua do Espírito Santo, do Eirado do Forno e da Rua de Donães. Aqui residirão muitas das pessoas que trabalham para as casas, lojas ou oficinas das ruas mais valorizadas: como será o caso do Eirado do Forno, onde encontramos cinco surradores, dois sapateiros e um alfaiate; ou o caso da Rua de Donães onde residem dois alugadores, dois barbeiros, um alfaiate e um sapateiro.

Para analisar o Rol do Maneio de 1799 (Mapa III), procedemos também à sua distribuição em quatro categorias em função do valor que era cobrado em cada espaço da paróquia. A imagem que vamos apresentar não pode ser comparada diretamente com a que observamos no rol das propriedades pois, neste caso, estamos perante realidade diferentes, que nem sempre se cruzam: recorde-se que, por exemplo, os maiores proprietários da paróquia só estarão representados na lista do

maneio se obtiverem algum rendimento pelo exercício de uma atividade comercial, industrial ou profissão liberal.

Mapa III Rol do Maneio de 1799



Nas ruas da Arcela e das Oliveiras encontramos dez indivíduos sujeitos ao pagamento da décima do maneio: predominam os penteeiros e os sapateiros. Residem ainda nesta na Rua da Arcela mais sete penteeiros que não pagam maneio.

A propósito desta profissão tradicional de Guimarães, notemos algumas curiosidades: em 1943, A. L. de Carvalho, no IV volume dos seus *Mesteres de Guimarães*, refere que foi procurar para os lados do Campo de D. Afonso Henriques a oficina do mestre Dantas Pacheco, «o Rôla», que “(...) fiel à herança de seus progenitores (...) ficou na oficina de seu pai, e, na mesma arte, encaminhou três filhos” (Carvalho, 1943:111).

Consultado o rol e a BDG, verificamos que vivia na Rua da Arcela, em 1799, 140 anos antes, um penteeiro de nome Domingos José Dantas, conhecido como «Rôla», que nasceu em 1774 e veio a falecer em 1836.

Teve três filhos, todos casados na paróquia da Oliveira e com larga descendência. Pelo lado materno conseguimos recuar na genealogia desta família até meados do século XVII, data em que Francisco Lopes, de Basto, casado com Maria Freitas, veio residir para o Cano. A. L. de Carvalho cita ainda um regulamento do ofício de penteeiro, aprovado pela Câmara em 1792, “assinado de + (cruz) e pena” por 21 mestres penteeiros: o cruzamento desta lista com a nossa base de dados permite-nos registar a informação que catorze destes homens sabem escrever o seu nome.

Na zona intramuros, destacam-se pelos valores e pela concentração de ofícios, a Rua Nova, a Rua dos Mercadores, o Campo da Feira, a Tulha, a Rua Sapateira, o Eirado do Forno e a Praça de Nossa Senhora.

Na Rua Nova do Muro, encontramos 18 sapateiros e cinco negociantes de calçado, a que se associam os já referidos cinco surradores e um sapateiro do Eirado do Forno. Na Rua dos Mercadores, nota-se a preponderância dos mercadores/negociantes e dos ourives. Nesta rua está registado um dos indivíduos que paga maior contribuição pelo maneio, José António Teixeira, “mercador do minho”. Por sua vez, na Tulha e Rua Sapateira predominam os ourives e os ourives-feirantes. No Campo da Feira, finalmente, encontramos uma grande diversidade de lojas e oficinas.

A análise destes dois mapas permite-nos verificar algumas curiosidades na organização espacial da comunidade. Ruas que pelo valor das propriedades apareciam em grande destaque quase desaparecem nos mapas do maneio – trata-se de um claro indício de que são ocupadas quer por nobres, quer por membros do clero, grupos sociais a que, pelo seu estatuto, estava vedado o “trato e maneio”. A dimensão dos agregados familiares e o número de criados, particularmente na Rua de Sta. Maria, só vem confirmar a nossa hipótese.

Por outro lado, confirma-se a centralidade do núcleo Rua dos Mercadores, Rua Sapateira e Tulha, em qualquer perspetiva que consideremos – o que atesta o carácter burguês destas artérias. Note-se o destaque ao nível do valor das propriedades (cerca de metade delas ocupadas pelos proprietários) e o facto de que todos estes espaços, com um reduzido número de indivíduos, apresentarem valores do maneio

semelhantes ao da Rua Nova do Muro (a segunda área em volume de maneiio cobrado).

4. Notas Finais

A abordagem utilizada neste trabalho assenta numa base de dados genealógica da cidade de Guimarães, constituída através da metodologia de reconstrução de paróquias desenvolvida por Norberta Amorim. A partir desta base de dados foi possível desenvolver um processo de cruzamento nominativo de fontes fiscais e paroquiais, que nos permitiu enriquecer o conhecimento sobre os indivíduos e famílias da paróquia da Oliveira, paróquia central da cidade de Guimarães.

Suportados nesta informação, foi possível descrever a forma como a população da Oliveira se distribuía e organizava no espaço, bem como a composição dos agregados domésticos. Tornaram-se evidentes algumas características desta comunidade, tal como a reduzida relação de masculinidade, o peso significativo dos servidores domésticos na população, com particular concentração nas zonas nobres da paróquia.

Identificamos processos de segregação espacial através da análise da cobrança das décimas das propriedades e do maneiio. Tornou-se evidente um processo de ocupação do espaço em que existe uma elevada correspondência entre o valor da propriedade e a dimensão do agregado doméstico. Alguns destes espaços não têm grande significado estatístico quando consideramos os valores da décima do maneiio, indicando que os residentes são membros do clero ou da nobreza aos quais está vedado o “trato e maneiio” – a atividade comercial e oficial.

Os resultados apresentados neste trabalho poderão ser o ponto de partida para uma série de análises de carácter social, quer a nível da segregação espacial (aprofundando a hipótese avançada da existência de uma meso-segregação), quer ao nível do estudo das redes sociais, com particular incidência nos estudos sobre as relações matrimoniais.

Bibliografia:

- AMORIM, Maria Norberta (1983). *Exploração de Róis de Confessados duma paróquia de Guimarães (1734 - 1760)*. Guimarães : [s.n.].
- AMORIM, Maria Norberta (1987). *Guimarães, 1580-1819: estudo demográfico*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica.
- AMORIM, Maria Norberta (2012). “Os desafios da cidade numa abordagem clássica da Demografia Histórica”. Em *Atas do Iº Congresso Internacional - As cidades na História: População*. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, pp. 83–111.
- AMORIM, Maria Norberta; FERREIRA, Antero (2008). Demografia Histórica e Estudos Históricos de Comunidade. Em GREDES (Ed.) - SEPOSAL 2005 - SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POBLACION Y SOCIEDAD EN AMÉRICA LATINA - Tomo II. Salta : [s.n.]. pp. 497–531.
- BRAGA, Alberto Vieira (1959). “Curiosidades de Guimarães: Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais”. *Revista de Guimarães*. 69:1–2 (1959), pp. 161–302.
- BRAGA, Alberto Vieira (1992). *Administração seiscentista do município vimaranense*. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães.
- CARVALHO, A. L. de (1943). *Mesteres de Guimarães - Vol. IV*. Braga: [s.n.].
- COSTA, António Carvalho da (1706). *Corografia Portuguesa, Tomo I*. Lisboa : Oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992). *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*. Ponte de Lima : Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1992.
- FARIA, Fernanda; HENRIQUES, Pedro Rangel - “Análise espacial de BD Paroquiais: antes e depois da fusão”. Em *Sistemas informáticos para análise de dados demográficos*. Cadernos NEPS. Guimarães : NEPS - UM, 2004, p. 21–47.
- FERREIRA, Antero (2007). “Household led by women”. Em *The transmission of Well-Being: Marriages Strategies and Inheritance Systems in Europe from 17th-20th Centuries* [Em linha]. Guimarães : COST ACTION A34 GENDER AND WELL-BEING: INTERACTION BETWEEN WORK, FAMILY AND PUBLIC POLICIES, 2007 Disponível em WWW:<URL:http://www.cost.eu/domains_actions/isch/Actions/A34>.

- HENRY, Louis; FLEURY, Michel (1956). *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. [S.l.] : Institut national d'études démographiques.
- LASLETT, Peter (1975). *O mundo que nós perdemos*. Lisboa : Cosmos.
- LESGER, Clé; LEEUWEN, Marco H. D. Van (2012). "Residential segregation from the sixteenth to the nineteenth century: evidence from the Netherlands". *Journal of Interdisciplinary History*. 42:3 (2012), pp. 333–369.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982). *Problemas de História da Indústria portuguesa no século XVIII*. 2^a ed. Lisboa : Quercos.
- MEIRA, João de (1907). *O concelho de Guimarães* [Em linha]. Porto : Typographia a vapor da Empresa Guedes. [Consult. 3 nov. 2012]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17406/3/131_5_EMC_I_01_P.pdf>.
- NEVES, António Amaro das (2001). *Filhos das ervas: a ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*. Guimarães: NEPS-Universidade do Minho.
- RAU, Virgínia (1965). "Para a História da população portuguesa dos séculos XV e XVI". *Do Tempo e da História*. 1 (1965), pp. 7-46.
- SERRÃO, Joel (1985). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (2001). *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: Edição crítica* [Em linha]. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística. Disponível em WWW:<URL:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=137443&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt>. ISBN 9726734657.